

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCISCO WALLACY PEDROZA DE SOUSA

CONTABILIDADE AMBIENTAL: Crédito de Carbono

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

FRANCISCO WALLACY PEDROZA DE SOUSA

CONTABILIDADE AMBIENTAL: Crédito de Carbono

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof^ª Ms. Antônia Valdelucia Costa

FRANCISCO WALLACY PEDROZA DE SOUSA

CONTABILIDADE AMBIENTAL: Crédito de Carbono

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof^(a) Ms. Antonia Valdelucia Costa

Data da Aprovação: 14/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^(a) Ms Antonia Valdelucia Costa
Orientadora
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Prof^(a) Esp. Irenaldo da Silva Vidal Negreiro Junior
Membro 1
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Prof^(a) Esp. Luciano Esmeraldo Amorim
Membro 02
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

CONTABILIDADE AMBIENTAL: Crédito de Carbono

Francisco Wallacy Pedroza de Sousa¹

Antonia Valdelucia Costa²

RESUMO

A questão ambiental se posiciona fortemente na sociedade, e vem chamando bastante atenção. A sociedade busca por um mundo mais sustentável e capaz de amenizar a poluição na atmosfera terrestre; um mundo em que os países e as empresas pensem mais no ecossistema e em sua proteção. A contabilidade ambiental surgiu como um alicerce para as empresas que buscam soluções para o meio ambiente, através de estratégias básicas para um melhor caminho, e assim tratar as funções de organização dentro da entidade com responsabilidade. Em função disto, este trabalho se propõe a responder as seguintes indagações: O que é o Crédito de Carbono e qual a sua importância para a contabilidade? Para tanto, o objetivo geral deste estudo é apresentar o que seja a contabilidade ambiental mais precisamente o Crédito de Carbono e sua importância. Como objetivos específicos: apresentar um pouco da história da contabilidade, mostrar o surgimento da contabilidade ambiental e por fim, apresentar o crédito de carbono e suas especificidades. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa tendo por base livros, artigos e sites confiáveis.

Palavras chave: Contabilidade ambiental. Crédito de carbono. Sustentabilidade. Poluição.

ABSTRACT

The environmental issue is strongly positioned in society, and has been drawing a lot of attention. Society seeks a more sustainable world capable of reducing pollution in the Earth's atmosphere; a world in which countries and companies think more about the ecosystem and its protection. Environmental accounting has emerged as a foundation for companies that seek solutions for the environment, through basic strategies for a better path, and thus to treat organizational functions within the entity with responsibility. As a result, this paper aims to answer the following questions: What is Carbon Credit and what is its importance for accounting? Therefore, the general objective of this study is to present what is the environmental accounting more precisely the Carbon Credit and its importance. As specific objectives: to show a little of the history of accounting, to show the emergence of environmental accounting and finally, to show carbon credit and its specificities. The methodology used was bibliographic research, with a qualitative approach based on reliable books, articles and websites.

Keywords: Environmental accounting. Carbon credit. Sustainability. Pollution.

1 INTRODUÇÃO

¹ Concludente do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão. E-mail: wallacypedrosa6@gmail.com

² Orientadora. Prof^a Ms. em Ciência da Educação pela UTIC – Assuncion – PY. Docente da Unileão. E-mail:

valdelucia@leaosampaio.edu.br; valdeluciacosta@hotmail.com

A contabilidade age em procedência com a comercialização dos créditos de carbono, que no estudo de Gonçalves et al (2007), o mercado que envolve a venda de créditos de carbono necessita de uma atenção da contabilidade, pois, até então, todos os investimentos realizados na área ambiental era contabilizados como investimento para fim social de terceiros e ambiental.

As questões ambientais atuam na aplicação da contabilidade financeira destinando os registros de eventos relacionados ao meio ambiente com evidenciações de ativos e passivos, nas demonstrações contábeis e também custos, despesas e receitas das organizações (GARCIA; KÜHL; PACHECO, 2008).

Os créditos de carbono atuam no mercado como fonte de reparação, aos países que assinaram o protocolo, que foram países desenvolvidos e alguns que estão em desenvolvimento, adequando de maneira concisa aos impactos ambientais.

Este trabalho se propôs a responder as seguintes indagações: O que é o Crédito de Carbono e qual a sua importância para a contabilidade? Para tanto, o objetivo geral deste estudo é apresentar o que seja a contabilidade ambiental mais precisamente o Crédito de Carbono e sua importância.

Como objetivos específicos: apresentar um pouco da história da contabilidade, mostrar o surgimento da contabilidade ambiental e por fim, apresentar o crédito de carbono e suas especificidades.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa tendo por base livros, artigos e sites confiáveis, buscando o máximo possível de retirada sobre o assunto de cada publicação ou autor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE E SUA HISTÓRIA

A história da contabilidade é tão antiga, que está interligada até mesmo com a própria história da civilização. As primeiras manifestações da contabilidade se deram no início da sociedade, em pinturas rupestres dos homens primitivos, demarcada as evidências de riquezas e de posses que tinham em mãos (JORNAL CONTÁBIL, 2017).

Para Urich (2009), desde os primórdio o homem se esforçou para organizar suas transações comerciais e assim poder ter um controle sobre seus lucros e suas riquezas, o que o uso da contabilidade isso se tornou viável.

No decorrer dos tempos a forma de desenvolver a prática contábil foi evoluindo junto com a comunidade.

A evolução da contabilidade pode ser apresentada em quatro períodos distintos, conforme apresentar-se-á no quadro 01, a seguir apresentado. **Quadro 01** – Períodos da evolução Contábil

PERÍODOS	
Antiguidade	Os egípcios e os babilônicos, registravam suas transações comerciais em cerâmicas com escrita cuneiforme, e pinturas na quais valiam como recibos.
Idade Média	A contabilidade atingiu sua maturidade, entrando na fase das partidas dobradas, criada por Luca Pacioli, onde a contabilidade assumiu formas sistemáticas.
Idade Moderna	Luca Pacioli, com sua escola italiana, cria seu famoso livro TRACTATUS, si tornando assim, “o pai da contabilidade”, tornando a fase da literatura.
Idade Contemporânea	O cenário muda, pois a escola italiana perde suas forças, a partir, da publicação de Francesco Villa, com a fase das Doutrinas Contábeis, fortalecendo deste modo a escola americana, que nas últimas duas décadas predominam no cenário contábil

Fonte: CRCSC, 2020.

A partir de 1887 com o surgimento da escola América e com a criação do AAPA (American Association of Public Accountants), que trabalhou na qualificação da informação contábil, padronização da contabilidade financeira e gerencial, a contabilidade passou a ser o elo forte e predominante para o desenvolvimento econômico e político da sociedade (MORAIS JUNIOR E NASCIMENTO; 2009, P. 43).

Segundo Lida e Crepaldi (2020, p. 20)

Com o desenvolvimento do mercado de capitais e o rápido crescimento do comércio e da indústria, proporcionaram um campo fértil para o desenvolvimento das ciências contábeis, pois, com a participação de inúmeros acionistas, a contabilidade se tornou mais complexa, necessitando um aprimoramento para atender um número cada vez mais altos de usuários, pressionando as organizações, buscando informações para garantir a segurança de seus investimentos.

No Brasil, a história da contabilidade começou a ser registrada na época colonial quando a necessidade do controle do patrimônio de recursos tornou-se notório (MIRANDA, 2020).

Ainda de acordo com autor supra citado, a Contabilidade no Brasil passou por períodos distintos que podem ser apresentados com período imperial, entre 1908 até o ano de 1964, momento em que era exigido dos profissionais da contabilidade a apresentação da escrituração contábil. Período esse em que Dom João VI publicou alvará imposto de tal ação.

O segundo momento pós o ano de 1964, vigorando até os dias atuais.

Nos anos seguintes de contabilidade brasileira, houve fatos, um dos, foi a criação de Lei do orçamento, de 21 de outubro de 1843, para suprir as necessidades diante mão; e outro foi a criação do Código Comercial Brasileiro, já estabelecido no governo de Dom Pedro II, no ano de 1850 (SILVA E ASSIS, 2015, p. 38).

Entre esses fatos todos, houve um bastante importante para o setor contabilista no Brasil, que foi a criação do Decreto-Lei n° 9.295 de Maio de 1946, que institui o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (CATRO, 2009; p. 18).

Com a criação do Código Comercial Brasileiro em 1850 estabelecendo que em seu conceito fosse guardados livros, mediante ao ano, em que poderia ter controle de tais registros contábeis. O referido código sofreu alterações correntes através da Lei n° 1.083 de Agosto de 1860, na qual consta às empresas publicar e enviar ao governo os registros de balanço e demonstrações contábeis, mediante prazos estabelecidos para a imposição do Imposto de Renda (REIS E SILVA; 2007).

2 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Os estudos existentes apontam o surgimento da Contabilidade ambiental na década de 1970, período em que as organizações passaram a se preocupar com as questões relacionadas ao meio ambiente (CONCEIÇÃO; FINHANI; ALONSO JUNIOR, 2014).

Segundo os autores acima mencionados (2014, p.3), a “Contabilidade Ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço, pode trazer ao meio ambiente. É um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente”.

Em 1988, tendo por escopo o “relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais”, a Contabilidade Ambiental se tornou mais presente na vida das pessoas e as organizações se tornando mais forte exigida (CONCEIÇÃO; FINHANI; ALONSO JUNIOR, 2014).

Segundo Marion (2018, p. 03), “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”, visto que a mesma é utilizada para o fornecimento de informações, que são uteis dentro das empresas.

Na contabilidade ambiental não é tão diferente a aplicabilidade, pois ela é atuante com sistemas de informações, registros e análises nas operações das entidades, e seu objetivo é fornecer aos seus usuários internos e externos informações que causem modificações na situação patrimonial de tal ente (SANTOS et al, 2001).

Segundo Hendges (2014):

A contabilidade ambiental tornou-se uma ferramenta para mensurar e evidenciar os gastos e investimentos com a gestão ambiental na prevenção, reparação e preservação do meio ambiente, demonstrando também as alterações patrimoniais relacionadas e possibilitando a qualificação das decisões executivas táticas ou estratégicas quanto aos aspectos ambientais das atividades públicas e empresariais.

Kraemer (2011) aponta que a Contabilidade ambiental é uma ferramenta que possibilita informações aos stakeholders acerca de como as empresas estão atuando com relação à responsabilidade ambiental de forma planejada para obter sucesso.

Necessário que as organizações possam ter a compreensão de que o cuidado com o meio ambiente é primordial para a sua existência, e nesse caso, a Contabilidade é a ciência que os ajudará na tomada de decisões correntes e condizentes com a sustentabilidade do planeta.

A contabilidade ambiental atua ativo e passivo ambiental, as despesas e custos ambientais e as receitas ambientais, denotado das ações empresarias que atuam no meio ambiente.

2.1 ATIVO AMBIENTAL

Estes são os bens e direitos mensuráveis monetariamente de propriedade dos empreendimentos que representam benefícios presentes e futuros; os recursos das empresas para a preservação de características diferentes para cada tipo de organização de qualidade ambiental, visando o controle, a preservação e a recuperação do meio ambiente (ISOTTON, 2009; p. 07).

Antonovz (2014, p.111) afirma que “é possível, então, compreender que esse ativo está intimamente ligado à questão ambiental, seja na obtenção de algum recurso natural, seja na prevenção ou na preservação ambiental”.

Conceição, Finhani e Alonso Hunior (2014), apontam os ativos ambientais: são composto por estoques dos insumos; investimentos na busca de reduzir, diminuir os impactos ambientais.

Em outras palavras, pode-se inferir que estes são todos os bens direcionados à preservação do meio ambiente.

2.2 PASSIVO AMBIENTAL

Segundo Santos et al (2004, p. 06)

Controle e reversão dos impactos das atividades econômicas no meio ambiente são a essência do passivo ambiental, envolvendo todos os custos das atividades que sejam desenvolvidas desde o momento da ocorrência do fato gerador, ou a partir da constatação de responsabilidade sobre este fato, dentro do devido regime de competência.

Pode-se, portanto, ser conceituado como uma obrigação requerente de custos ambientais, causados por empresas, que buscam corrigir os impactos causados ao meio ecológico, gerados em decorrência de suas atividades, recuperando os danos (reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, poluição de rios e etc), aplicando assim em curto e longo prazo, às suas dívidas com a natureza (BRUMATI, 2015).

Em virtude de exigências legais, recomenda-se que as empresas parcialmente poluidoras elaborem projetos de proteção ambiental e que obtenham uma licença prévia de órgãos fiscalizadores (ANTONOVZ, 2014).

2.3 CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS

Os custos e despesas ambientais podem atuar de maneiras diferentes, mas podendo ser expostos ao mesmo tipo conceito, ou seja, de que todos os gastos feitos em prol do consumo aplicado de maneira direta ou indiretamente no meio ecológico, são um fomento para a produção de receita (SANTOS E SOUZA, 2014, p.08).

Custos e despesas ambientais são gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando aplicados diretamente na produção, estes gastos são classificados como custo e se forem aplicados de forma indireta são denominados de despesa (SANTOS et al, 2001).

Os custos atuam de forma direta nos gastos ou consumo de ativos alusivos a proteção do ecossistema, e as despesas agindo de forma indireta nos gastos de compras de insumos, de manutenção na política ambiental, no gerenciamento e operação de controles e etc.

2.4 RECEITA AMBIENTAL

As receitas são oriundas de recursos provenientes das empresas que buscam o resultado, colocando em parâmetro as receitas previstas e realizadas, diante de atividades ambientais, promovendo recursos às entidades (CARVALHO, 2007, p. 42)

Em estudo feito, Santos e Souza (2014, p. 09) caracterizam receita como:

[...] tudo aquilo que é resultado das atividades da empresa, ou seja, retorno de valores, uma recuperação de investimentos, renda originada por um bem patrimonial, demonstrando a parte positiva nos demonstrativos resultados. O objetivo principal da receita ambiental diverge um pouco do conceito tradicional de receita contábil, pois o objetivo de gestão ambiental é desenvolver políticas saudáveis para reduzir problemas ambientais

Conforme Antonovz (2014), a receita ambiental está direcionada de forma clara e objetiva à ações que possam envolver o meio ambiente, e isso se dá através de uma eficiente gestão organizacional objetivando a redução do uso de recursos naturais.

Deduz-se que os processos contábeis evidenciam uma garantia em que a receita atua de forma controlada na atuação do mercado ambiental.

3 CRÉDITOS DE CARBONO

O crédito de carbono surgiu a partir da criação do Protocolo de Quioto, em 1997, no Japão, e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005 (MACIEL et al, p. 93).

A ONU promoveu um acordo mundial através do tratado denominado de “Protocolo de Quioto”, firmado por 55 países, que estabeleceu como meta a redução dos níveis de poluição, que passou a vigorar em 2005 (Protocolo de Quioto, 2005).

No que consta na coleção do Senado Federal, sobre o Protocolo:

(..) os países desenvolvidos aceitaram compromissos diferenciados de redução ou eliminação de emissões entre 2008 e 2012 (representando, no total de países desenvolvidos, redução em pelo menos 5% em relação as emissões combinadas de gases de efeito estufa de 1990) (SENADO FEDERAL, 2004, p;11).

O parágrafo 1º do artigo 3º do Protocolo de Quioto, dispõe o seguinte critério:

[...] as partes incluídas no Anexo 1 devem, individualmente ou conjuntamente, assegurar que suas emissões antrópicas agregadas, expressas em dióxido de carbono equivalente, dos gases de efeito estufa listados no Anexo A não excedam suas quantidades atribuídas, calculadas em conformidade com seus compromissos quantificados de limitações e redução de emissões descritos no Anexo B e de acordo com as disposições deste artigo, com vistas a reduzir suas emissões totais desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990, no período de compromisso de 2008 a 2012.

Os créditos de carbono fazem parte do mecanismo de flexibilização, junto ao MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), atuando de maneira na redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE), sobretudo nos processos de captura de carbono na atmosfera o que pode ser confirmado o que reza o parágrafo 4º do artigo 12, do protocolo.

Art. 12(...)

§ 4º O mecanismo de desenvolvimento limpo deve sujeitar-se á autoridade e orientação da Conferência das Partes na qualidade de reunião do Protocolo e a supervisão de um conselho executivo do mecanismo de desenvolvimento limpo (BRASIL, 1997).

O crédito de carbono atua como mecanismo de flexibilização, buscando principalmente a redução dos GEEs (Gases do Efeito Estufa), que é apresentado como um movimento de comercialização na troca de cada tonelada de CO não emitida ou reduzida na atmosfera. É assim que se traduz todo esse carbono em fatores monetários para os países assim sendo conhecido como mercado de carbono, e no estudo feito por:

Oliveira (2018, p. 97), [...] faz uma concepção dos créditos, no mercado internacional, em que são negociáveis, e os países para ter esse crédito, tende a reduzir suas taxas de emissão de gases poluentes na atmosfera. [...] Os países desenvolvidos buscam diminuir, para que suas empresas possam ter disponibilidade do tal critério.

Folster e Ferreira (2012, p. 09), apresentam que

As empresas que negociam Crédito de Carbono no Brasil estão enquadradas dentro das seguintes atividades: cogeração de energia com biomassa; tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e aproveitamento de biogás em aterros sanitários; substituição de combustíveis e/ou aumento

da eficiência energética em processos industriais; instalação de biodigestores para captação de metano em granjas de confinamento (particularmente suinocultura); implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs); e os projetos de reflorestamento.

O mercado de crédito no Brasil é atuante na Bolsa de Valores e negociável, contribuindo com os projetos que se destinam a uma sustentabilidade ambiental mais limpa e ética (ALVES; OLIVEIRA; LOPES, 2013).

Os créditos servem para a sustentabilidade do meio ambiente, agindo no favorecer dos países que buscam o melhor também para o ecossistema, de maneira que todos saem ganhando de alguma forma. Então a busca pela melhoria do meio ambiente ainda continua, e cada dia tendo fortes aliados em seus processos.

4 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, para a construção do referencial teórico através de pesquisas bibliográficas provenientes de artigos científicos, livros de autores renomados com o tema em estudo também foram realizadas pesquisas em sites relacionados à temática com o intuito de obter um melhor aprofundamento do assunto.

Segundo Cervo e Bervian (2002), esta técnica procura explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre determinado tema ou problema.

Para Gil, (2002), a pesquisa bibliográfica é baseada em todo material já publicado, referente à linha de pensamento que se propõe a analisar as diversas posições sobre o assunto abordado.

A abordagem do estudo é o método qualitativo que, para Marconi e Lakatos (2017, p.296),

o problema não sai da cabeça do pesquisador, mas é resultado da imersão do pesquisador na vida e no contexto da população pesquisada, [...] a qualitativa entende que a compreensão dos fatos se dá com a conduta participante; será fruto de sua participação e interação com o sujeito da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como base contextualizar e apresentar os conceitos, as formas de evidenciar e gerar a contabilidade ambiental, desde o seu surgimento até os dias atuais.

Com a pesquisa aqui apresentada é possível perceber nitidamente que a contabilidade ambiental é de suma importância para sustentabilidade do planeta e para as organizações, pois é através dela que é possível aplicar um dos mecanismos de contribuição para se ter um ar mais limpo no planeta.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é um dos principais elementos para que os Créditos de Carbono sejam utilizados de forma correta contribuindo com os movimentos de comercialização destes.

O mercado de Créditos de Carbono ressalta a sua finalidade que é negociar a não produção de um produto que traga efeitos catastróficos para o ambiente, impondo assim uma maneira de singularizar e caracterizar as empresas, consolidando os mercados internacionais e nacionais, para que estes busquem uma sintonia de melhorar o desenvolvimento do meio ambiente de forma ágil e mais prática.

Para finalizar, recomenda-se que nos próximos estudos sejam manifestados mais formas de melhoria nos setores em conjunção de contabilidade e empresas, diante de países que englobam para o melhorar do ecossistema, e assim ter noções básicas de economia e desenvolvimento do meio ambiente, e sendo de real importância a cooperação das informações da natureza ambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raiza Silva; OLIVEIRA; L. A. D; LOPES; P. D. L. **Crédito de carbono: o mercado de crédito de carbono no Brasil**. Sinopse de excelência em gestão e tecnologia; 2013.

ANTONOVZ, Tatiane. **Contabilidade Ambiental**; Câmara Brasileiro do Livro, 1º Ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.

BRUMATI, Debora Natália. **Contabilidade da Gestão Ambiental: ativos e passivos ambientais em empresas, em alta floresta/MT, EM 2014-2015**. Disponível em <http://www.refaf.com.br>. Acesso em: 13 Nov. 2020.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**, 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

CASTRO, Gilson Luiz de. **Uma abordagem sobre a criação e função dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade**. 2009. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br>. Acesso em 15 Nov. 2020.

CERVO, A &, BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo, Pearson 2002.

CONCEIÇÃO, Fernando; FINHANI, Gislaine APª; ALONSO JUNIOR, Nelson.

Contabilidade Ambiental. Disponível em:
<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/132021.pdf>. Aceso em 23 nov. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE SANTA CATARINA. Disponível em:
<http://crccs.org.br>. Acesso em 05 Nov. 2020.

FOLSTER, André; FERREIRA, Luiz Felipe. **Aspectos contábeis do credito de carbono em uma empresa produtora de energia limpa**. Salvador, 2012.

GARCIA, Regis; SANTOS, Ademílson Rodrigues dos; KÜHL, Marcos Roberto; PACHECO, Vicente. **Contabilidade ambiental e sustentabilidade ambiental: estudo das empresas do ISE-BOVESPA**; 2008. Disponível em: <http://www.emnuvens.com.br>. Acesso em: 16 Nov. 2020.

GIL, A, C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Sergio Luiz Agostinho; BATISTA, J.P; PENA, J.G.; BRAGA, V. A.

Créditos de carbono como forma de valorização de ativos ambientais. vol. 3, ano 2007. Disponível em <http://sudamerica.edu.br>. Acesso em 13 Nov. 2020.

HENDGES, Antônio Silva. **Origem, Desenvolvimento e Perspectivas da Contabilidade ambiental**. Disponível em: <http://ecodebate.com.br>. Acesso em 13 Nov. 2020.

ISOTTON, Gabriele. **Contabilidade Ambiental: um enfoque na mensuração dos créditos de carbono**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>. Acesso em 16 Nov. 2020.

JORNAL CONTÁBIL. Conheça a origem e a história da contabilidade. Disponível em:

<https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-origem-e-historia-da-contabilidade/>. Acesso em 10 nov. 2020.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira; **Contabilidade Ambiental como sistema de Informações**; São Paulo: Revista Brasileira de Contabilidade; 2011.

LIDA, Elaine Akemi; Crepaldi, Paola Guariso. **História da Contabilidade**. Disponível em <http://inesu.edu.br/revistas/arquivos>. Acesso em: 12 Nov. 2020.

MARCIEL, Carolina Veloso; COELHO, A. N. G; SANTOS, A. M. D; LAGIOIA, U. C. T; LIBONATI, J. J; MACÊDO, J. M. A. **Crédito de Carbono: Comercialização e contabilização a partir de projetos de mecanismo de desenvolvimento**. Vol. 3; Pernambuco: Revista de Informação contábil; 2009.

MARCONI, Mariana de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos; **Contabilidade Básica**. 12º Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MIRANDA, Eduardo Luís de; **A Evolução da Contabilidade**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com>. Acesso em 05 Nov. 2020.

MORAIS JUNIOR, Valdério Freire de; NASCIMENTO, Ivan Alves do; **Evolução**

Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade: Conceito Histórico. vol. 1; Natal: Revista Ambiental Contábil; 2009

OLIVEIRA, Anderson Nogueira. **Mercado de Crédito de Carbono voluntário pelas empresas brasileiras**. 2018. Disponível em: <http://www.ucs.br>. Acesso em 15 Nov. 2020.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. **A História da Contabilidade no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://revistasunifacs.br>. Acesso em: 05 Nov. 2020.

SÁ, Antônio Lopes. **Contador – O profissional do século**. Teoria da Contabilidade. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, André Ricardo Ponce dos; ROCHA, A.; SANTOS, E. C. A. D; SANTOS, R. G. D. **Contabilidade Ambiental: Uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental**. Disponível em: <http://academia.edu>. Acesso em 14 Nov. 2020.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, F. B. D.; SOUZA, S. D.; SOUSA, M. F. R. D.

Contabilidade Ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. Vol. 12; São Paulo: Revista Contabilidade e Finanças 2001.

SENADO FEDERAL. **Protocolo de Quioto e Legislação Correlatada**; vol. 3, Brasília: 2004.

SILVA, Mauricio Souza; ASSIS, Francisco Avelino de. **A História da Contabilidade no Brasil**. Vol. 6; 2015. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br>. Acesso em: 06 Nov. 2020.

ULRICH, Elisane Roseli; **Contabilidade Rural e Perspectivas da Gestão no Agronegócio**. Vol. 4; Disponível em <http://www.ideau.com.br> . Acesso em 12 Nov.2020.